



**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023**

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GARARU/SE, vem justificar o caráter de inexigibilidade de licitação para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA NO GERENCIAMENTO DA SECRETARIA, REALIZANDO PREENCHIMENTOS DOS PLANOS DE AÇÃO FEDERAL E ESTADUAL, PLANOS DE TRABALHO, PLANO PLURIANUAL DE ASSISTÊNCIA E SUAS ATUALIZAÇÕES, PLANEJAMENTO MACRO, PLANO DE CONTINGÊNCIA CASO NECESSÁRIO, PROJETOS SOCIAIS, LEGISLAÇÕES PERTINENTES A ASSISTÊNCIA, CAPACITAÇÃO DE EQUIPES NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PALESTRAS EDUCATIVAS COM O PÚBLICO DO CADÚNICO, COMO TAMBÉM DOS SERVIÇOS DA PSB – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PSE – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, ORIENTAÇÕES DE PROCEDIMENTOS PARA AS EQUIPES DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS, EDITAIS DO CMDCA, RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, ASSESSORIA AO CMAS E CMDCA, DENTRE OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GARARU - SERGIPE**, com a empresa **CRISTIANE SALES GOMES – MEI, inscrita no CNPJ sob. Nº 49.065.053/0001-80**, com sede a Rua Laranjeiras, nº 01, Centro de Propriá – CEP: 49.900-000, em conformidade com o art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os motivos adiante expostos:

**CONSIDERANDO**, que a inviabilidade de licitação, ocorre diante da impossibilidade jurídica ou técnica de competição, e na realidade é uma das hipóteses de excepcionalidade à regra que se refere o Art. 3º, da Lei nº 8.666/93, da qual se obriga a Administração Pública de sempre licitar.

**CONSIDERANDO**, preliminarmente, a importância da contratação dos aludidos serviços, face à necessidade precípua do Poder Público em manter a especialidade exigida não se pode olvidar da responsabilidade civil solidaria entre o profissional e a municipalidade, decorrente do ato imperito, exigido, por parte da administração pública maior cautela e zelo no desenvolvimento dos serviços administrativos.

**CONSIDERANDO**, encaixa no conceito de notória especialização pelo Currículo do Profissional que ira desenvolver os serviços a ser contratado;

**CONSIDERANDO**, que os serviços solicitados a serem prestados, são daqueles que taxativamente se arrima nos perfilhados no Art. 13, o que com precisão, encontra amparo no inciso III, do mesmo artigo, porquanto, os serviços de assessoria ou consultorias técnicas, estão elencados naquele dispositivo legal. Frise-se ainda, por oportuno, que o inciso III, do Art. 13, da lei nº 8.666/93 se reporta a “assessoria ou consultorias técnicas.....” de forma bem abrangente.

**CONSIDERANDO**, que em muito boa hora, o parágrafo primeiro, do Art. 25, da Lei de Licitações, delimitou a questão da notória especialização, ao dispor:

*“Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais*





ESTADO DE SERGIPE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
MUNICÍPIO DE GARARU

N. de Folhas  
05

*adequado à plena satisfação do objeto contratado.” (o destaque é nosso)*

**CONSIDERANDO**, que a empresa **CRISTIANE SALES GOMES – MEI**, inscrita no CNPJ sob. Nº 49.065.053/0001-80, preenche os requisitos exigidos no parágrafo acima transcrito, conforme se depreende da vasta documentação que acompanha e instrui a presente justificativa, corroborada pela lição do imortal administrativista Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

*“... serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos profissionais em geral – aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou estágios de aperfeiçoamento”.*

**CONSIDERANDO**, face os motivos acima elencados, que a empresa **CRISTIANE SALES GOMES – MEI**, inscrita no CNPJ sob. Nº 49.065.053/0001-80, no campo da sua especialidade, preenche os requisitos estabelecidos no Art. 25, § 1º, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos.

**CONSIDERANDO**, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal, em se tratando de profissionais deste naipe, conforme pesquisa verbal de preços, realizada por este município junto a outros profissionais do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, tendo a empresa **CRISTIANE SALES GOMES – MEI**, obtido preço semelhante ao praticado pelas outras empresas.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina este Fundo Municipal de Assistência Social, pelo acatamento da notória especialização e, no mesmo diapasão se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexigência do prévio processo licitatório, *ex vi* do Art. 25, inciso II, em harmonia com o Art. 13, inciso III, todos do Diploma Legal alhures referenciado. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação da Excelentíssima Senhora Prefeita, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Gararu/SE, 06 de Janeiro de 2023.

*Bruna Manoela dos S. Pereira*  
**BRUNA MANOELA DOS SANTOS PEREIRA**  
Secretária Municipal de Assistência Social